

## O Pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série<sup>1</sup>

**The researcher nowadays: between the intellectual craftsmanship and the assembly line**

Maria Ester de Freitas<sup>2</sup>

O século passado pode ser visto como testemunha do triunfo da Ciência, que nos proporcionou tanto guerras sem precedentes quanto descobertas fantásticas e avanços extraordinários na melhoria das condições da vida humana. Os países são hoje diferenciados em virtude da sua presença no cenário científico e do potencial de investimentos que é capaz de fazer em seus “ativos intelectuais”, geradores de descobertas e invenções em um contexto que se consolida como cada vez mais competitivo. Aliada à capacitação nacional, muitos países têm desenvolvido a estratégia de importação de “cérebros”, de forma a aumentar o seu poder de desenvolver pesquisas puras e aplicadas e se manter como criativo e inovador, condições que lhes garantem mercados de produtos, serviços, informações e outros benefícios exportáveis, além do uso próprio para desenvolvimento econômico e social.

Universidades, centros e institutos de pesquisa em todo o mundo defrontam-se com uma realidade que clama por respostas rápidas e inéditas aos novos problemas sociais, ao mesmo tempo que se sentem desafiadas a construir incentivos, mecanismos de controle e instrumentos de aferição da produção de seus pesquisadores de maneira mais justa e equilibrada. O Brasil não é exceção.

Visando contribuir para o debate sobre o produtivismo acadêmico resultante do painel apresentado no III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, na ótima companhia de Alexandre Faria e Rafael Alcadiyani, coordenado por Christiane Kleinünbing Godoi, e agora promovido por esta publicação, gostaríamos de relembrar aqui alguns pontos que consideramos importantes sobre o trabalho intelectual, que nos parecem estar sendo cada vez mais esquecidos em virtude da nossa pressa em produzir resultados rápidos, quantitativamente mensuráveis, para fazer face ao atual modelo de avaliação da pesquisa brasileira.

---

### O Trabalho Intelectual nas Ciências dentro da Academia

O trabalho intelectual é a marca do humano. Não estaríamos aqui se os nossos antepassados não tivessem desenvolvido capacidade de compreender situações, construído alternativas aos problemas que enfrentaram, gerado atos interativos com seus semelhantes e avaliado as consequências de suas ações. A história humana é

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar destas ideias foi apresentada no Painel “Produtivismo Científico em Administração e Contabilidade”, do III encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, em João Pessoa - PB, no período de 20 a 22 de novembro de 2011. Agradecemos a oportunidade de ter participado deste debate e ouvido tão ilustres colegas. Um agradecimento especial ao Professor Pedro Lincoln, pela beleza de seu pensamento e a estatura de seu exemplo como professor-pesquisador.

<sup>2</sup> Pós-doutora em Administração Intercultural pela HEC - França e Doutora em Administração de Empresas pela FGV/EAESP; Professora titular da Fundação Getúlio Vargas. Endereço: FGV/EAESP: Avenida Nove de Julho, 2029, Bela Vista, CEP: 01313-902, São Paulo - SP, Brasil. E-mail: [ester.freitas@fgv.br](mailto:ester.freitas@fgv.br)

uma história de enfrentamento de perigos, possibilidades de solução de problemas e realizações ousadas ou tímidas, mediadas por conhecimentos e ferramentas feitas pelas mãos de nossos ancestrais. Herdamos o caminho até aqui e deixaremos o nosso legado aos que nos sucederão.

Os conhecimentos podem ser desenvolvidos e alimentados valendo-se de muitas fontes; a vertente científica é apenas uma de suas modalidades e envolve diferentes tipos de inteligência. O trabalho intelectual nas ciências configura-se como a produção e divulgação de conhecimentos por meio de reflexão, elaboração de teorias, promoção de debates e confrontos de ideias, aceitação e refutação de hipóteses e contínuos recomeços. A sacralização da Ciência faz-nos esquecer que, na vida real, ela não é um dogma, mas uma construção muitas vezes contraditória e parcial, que envolve riscos, fracassos e sucessos. A imagem do cientista como uma autoridade definitiva sobre um dado campo e suas temáticas é cada vez mais uma visão do passado – uma constante atualização é necessária.

Nenhuma forma de conhecimento científico pode prescindir da inteligência para adaptar situações, definir problemas, inventar métodos e instrumentos, formular conceitos, teorias, bem como da imaginação e da criatividade, que nos permitem pensar hipóteses, fazer suposições e vislumbrar novas respostas adequadas ao que se pretende enfrentar. Deste ponto de vista específico, conforme Tragtenberg (1979), a burocracia tem um papel supérfluo e parasitário.

O texto de C. Wright Mills (2009), **Sobre o Artesanato Intelectual**, escrito no início dos anos 1950, parece-nos ainda bastante atual por sua descrição de algumas das características do trabalho científico desenvolvido na academia e que julgamos valer a pena retomar. Segundo ele, o trabalhador intelectual não separa seu trabalho de sua vida pessoal, pois se envolve em cada fase e em cada produto que produz; o conhecimento é, ao mesmo tempo, a escolha de um modo de vida e de uma carreira, visto que o pensamento metódico, a forma de ver o mundo e o seu mundo interior estão sempre despertos. Da mesma forma, este trabalhador carrega consigo a sua imaginação cultivada, passando sempre de uma perspectiva a outra, combinando ideias, supondo questões extremas, variando seu pensamento e reivindicando a atenção do leitor ou ouvinte. Seu trabalho envolve um horizonte de longo prazo, uma vez que a busca, a escolha, o aprofundamento, a combinação, as comparações, o descarte, o amadurecimento, a ultrapassagem e a escrita de ideias comportam idas e vindas, confrontos e debates, contínuas reflexões e realimentações. Alguns objetos de estudo impõem seu próprio tempo e ritmo para serem observados, descritos, analisados e concluídos. Esse tempo ignora os imperativos burocráticos.

Escrevemos um pequeno texto para a seção **Ideias em Debate**, da Revista O&S (FREITAS, 2007), sobre as gratificações e os preços do ofício acadêmico, que mereceu uma bela réplica do professor Antonio Virgílio (BASTOS, 2007) a respeito da pluralidade das carreiras acadêmicas, à qual apresentamos uma tréplica sobre ser ou estar acadêmico (FREITAS, 2008). Este tipo de exercício tem sido raro na academia; e, por isso, parabenizamos esta publicação por tal iniciativa. Vamos aos congressos para discutir – com nossos pares e/ou aspirantes a pares – conteúdos temáticos, novos métodos de pesquisa e também uma melhor apropriação do resultado de nossas pesquisas para a formação de novos pesquisadores; porém, geralmente, não somos objeto de nossa própria pesquisa. A carreira acadêmica tem uma série de gratificações, em nossa opinião, de ordem mais simbólica que real – entre elas a que nos fornece figuras identificatórias fundamentais e nos proporciona um convívio com vivos e mortos que reforçam os nossos vínculos com a profissão e com as instituições a que estamos ligados, bem como nos ajudam a direcionar os nossos níveis de aspiração. Muitos de nós nos espelhamos em nossos mestres e naquilo que eles representam para nós. Se, de um lado, nossa profissão nos solicita humildade, dedicação e disciplina, também reclama originalidade, ousadia e afirmação de autonomia intelectual.

É certo que em nenhuma profissão se tem autonomia ilimitada ou se pode prescindir de fazer algumas concessões, porém a diferença entre um pesquisador e um técnico é de que o primeiro tem a obrigação de analisar e refletir sobre os dados que produz e sobre o fato de que os meios mediante os quais ele produz altera os resultados do que pretende analisar. Ademais, o pesquisador assina o seu próprio nome, tornando-se responsável pessoalmente, para o melhor e para o pior, por aquilo que escreve. Esta responsabilidade

reivindica, como contrapartida, certo controle sobre as condições a que está submetido o seu trabalho e autoridade moral sobre o que produz. A profissionalização acadêmica, seguindo as especialidades departamentais, conduz à privatização e à transferência da energia intelectual de um domínio social mais amplo para uma disciplina restrita, criando comunidades de conhecimentos insulares e não interdisciplinares. A pesquisa é um investimento social e deve ser colocada em debate no que diz respeito àquilo que faz e como é feita. O compromisso maior da pesquisa deveria ser produzir e elevar conhecimentos para a melhoria da vida individual e coletiva em suas múltiplas dimensões e interfaces, ou seja, o conhecimento acumulado deveria ser moralmente responsável diante da vida e da sociedade.

---

### Disfunções do Modelo Atual de Avaliação

Não pretendemos aqui entrar em detalhes sobre o modelo de avaliação da produção acadêmica brasileira, amplamente conhecido de todos nós, mas tão somente pontuar alguns de seus efeitos mais visíveis, porém geralmente ignorados.

Temos claro que políticas e mecanismos de avaliação e controle não são criações de extraterrestres, mas definidos – com a melhor das boas intenções, acreditamos – por colegas que labutam em comitês e comissões científicos, oriundos de diferentes áreas do saber. Parece-nos evidente que os métodos e os cronogramas do desenvolvimento de pesquisa em áreas como, por exemplo, biotecnologia, arqueologia, física, medicina, economia, agronomia, astronomia e outras variam significativamente, pois cada campo tem as suas singularidades. Portanto, se cremos que as formas de geração e divulgação de conhecimento são múltiplas e adequadas segundo a natureza das áreas de conhecimento, cremos também que a escolha taylorista de uma única e melhor forma de avaliar todas elas pode ter graves efeitos colaterais.

É certo que a atividade acadêmica, como quaisquer outras, deve ser objeto de avaliação e, nesse sentido, reconhecemos que o Brasil tem caminhado muito rapidamente nos últimos anos. O ponto é que temos a repetitiva prática de queimar etapas na implantação dos modelos que importamos ou nos quais nos inspiramos, retirando-os do contexto em que foram gestados e ignorando as necessidades que pretendiam atender. De um dia para o outro, quando antes só haviam esforços institucionais individualizados, foram implementadas mudanças uniformizadoras e baseadas totalmente em avaliação quantitativa, sem que as comunidades científicas se manifestassem sobre as peculiaridades do seu próprio trabalho. Os colegas cientistas bem-intencionados fizeram escolhas de acordo com a experiência restrita do campo em que atuavam, impondo um modelo único que nem sempre é adequado a outros. Neste caso, foi o burocrata que decidiu e não o cientista, que deveria atentar para as especificidades dos diferentes campos de saber. Tudo se resume a números, afinal é fácil avaliar números... Porém, números nem sempre são apenas números quando submetidos a outros escrutínios. Números não são neutros como se pretende, eles trazem consequências...

A supervalorização da produtividade acadêmica tem gerado um descaso com a qualidade do que se produz ou, no mínimo, negligência de sua importância. Vemos em congressos de áreas e em revistas acadêmicas a proliferação de uma enorme falta de compromisso com o avanço e o aprofundamento do conhecimento, uma vez que empreender algo novo tornou-se um grande risco, ao mesmo tempo que assumimos uma maior complexidade de tudo que nos rodeia. Como investigar coisas novas, propor novos caminhos e construir novas possibilidades metodológicas para se ler e analisar o que foge ao que já está posto? Tudo se passa como se, uma vez bem definido o modelo a ser seguido no *paper* ou artigo, a estrutura fosse a única coisa que importasse. De um lado, o pragmatismo; de outro, o empirismo como método, e, entre um e outro, a retórica. Desta forma, o que podemos verificar é um desfile de assuntos repetidos, batidos e, algumas vezes, medíocres, porém bem estruturados de acordo com a avaliação que pareceristas têm de preencher para revistas e congressos. O próprio modelo de avaliação imposto condiciona o que deve ser observado; o conteúdo e sua relevância geralmente são tratados como meros detalhes numa última questão, sem peso suficiente para modificar a ordem das coisas, já que a estrutura está “bem feitinha”. É o reino do irrelevante metodologicamente correto. Se a fórmula garante a aceitação ou a publicação, para que inventar “moda”?

Vemos também que o professor-pesquisador-publicador-orientador é cada vez mais pressionado a ser um faz-tudo. Certamente a sobrecarga de trabalho e o uso de seu tempo pessoal de férias e de finais de semana tornam-no um apagador de incêndios, indo de um prazo a vencer a outro. A leitura e a reflexão, tão fundamentais no nosso *métier*, praticamente não encontram mais seu lugar em nossa rotina. Ou dito de outra forma, os livros – não apenas os que escrevemos, como os que deveríamos ler – estão sendo considerados nocivos e tendem a ser banidos, seja em virtude do tal sistema de pontuação, seja em razão do que é valorizado pelos editores de revistas acadêmicas e pareceristas. O que vale na bibliografia são os *journals* – quanto mais atuais, melhor, como se conhecimento válido fosse o divulgado ontem. Ora, todos sabem os limites que um formato de artigo impõe, mas o sinal enviado é de que o autor potencial se atenha às ideias resumidas nos artigos recentes. Nada contra escrever artigos, mas tudo contra quando são colocados na condição de únicas referências válidas.

De novo, lá se vai a tal estrutura bem definida e não importa o que a recheie. Alguém poderá dizer: “ah, mas tem o impacto!” Não me parece que o mundo acadêmico mais desenvolvido importa-se se os autores que eles publicam são unanimidade em citações no Brasil. Ademais, na pressa de terminar o artigo para submetê-lo o mais breve possível, não é de todo impensável que muito de uma bibliografia referenciada tenha sido lida apenas no *abstract*, ou seja, referencia-se o que sequer foi lido. Outra versão comportamental ainda mais reprovável é quando se conhece um autor por meio de outro: olha-se na bibliografia a referência completa no livro consultado e se faz de conta que o autor não lido nem no *abstract* foi realmente lido e, portanto, usado como referência legítima. Então, nos perguntamos: de que impacto estamos mesmo falando?

No meio dessa correria para tudo fazer, encontramos o indivíduo totalmente condenado a produzir mais e mais, sem nunca ter o direito de valorizar o que conquista. Mal ele termina um artigo, *paper* ou livro, tudo é apagado pela avaliação feita e só o que interessa é o que ele ainda não fez; um modelo que só vale pelo que ainda não foi feito. Ora, a produção intelectual é um acumulado ao longo do tempo e sempre re-atualizado, mas, aqui, esse conjunto só vale a cada três anos, que é o tempo de avaliação dos programas pela Capes – logo em seguida é descartado, e então está aberta a nova temporada de caça. Tal qual uma empresa que busca extrair o máximo de seus recursos no prazo mais curto possível, o modelo atual desvaloriza o produto tão logo ele é avaliado no relatório como um número... Modelo voraz, pois nele agora só o que importa é o próximo resultado, que garante ao acadêmico manter o emprego, na medida em que as instituições também são avaliadas por esta produção e precisam de mais números para alcançar posições mais elevadas ou simplesmente se manter no jogo. O passado é totalmente invalidado e somos condenados a ser desmemoriados para alimentar um monstro sempre faminto.

A Ciência como uma construção coletiva, resultado de colaboração e cooperação, aprendizagem e reflexão, cede lugar a uma arena de competição, insuflada pela avaliação individual. No discurso, fala-se em equipes; na avaliação, fala-se em indivíduo tendo que matar vários leões ao mesmo tempo para não morrer no próximo triênio. O que nos motiva a compartilhar informações – que conseguimos a duras penas – com nossos colegas, se estamos em competição com eles e somos avaliados individualmente? Que efeito terá esta competição quando decidirmos “queimar alguém” ou não contribuir com uma “azeitona em sua empada”, reprovando o seu *paper* ou artigo para publicação? Até que ponto a *blind-review* é mesmo *blind*? É irreal pensar que existe fogo amigo na academia? Podemos ser inocentes, mas não ingênuos...

Não é de se estranhar que, para subir nesta escada rolante que só desce ou para se manter como o herói que já nasce morto, o pesquisador seja estimulado a desenvolver algumas estratégias de sobrevivência. E aí podem se encontrar alguns comportamentos predatórios, tais como: os conluios espúrios para publicação, as alianças estratégicas do tipo “eu faço, ponho o seu nome; você faz, põe o meu nome”, roubar ou plagiar ideias de colegas e alunos, obrigar orientandos a apontar coautorias indevidas ou nomear o orientador como primeiro autor indevidamente, etc. Esta instrumentalização dos vínculos (GUTIERREZ, 2005) propaga-se e se torna tão mais perigosa quanto mais ela é o exemplo que damos aos nossos orientandos ou alunos, que sequer começaram uma carreira. A mensagem é clara: vale a trapaça, a desfaçatez, a mediocridade, a conivência, a aceitação ou a publicação a qualquer preço. É esta a lição que estamos dando aos nossos alunos e não podemos dizer nada se eles comprarem dissertações, teses ou artigos na internet, pois o que vale é ter os

números. É a consagração do atleta que consegue a medalha às custas de anabolizantes, ou seja, a perversão do sistema e a corrosão do futuro.

Não creio que o exposto acima represente alguma novidade, visto se tratar de consequências absolutamente previsíveis. No entanto, quem sabe, à força da repetição, esses argumentos não gerem algumas reações que nos levem a uma discussão mais aberta do que fazemos da nossa profissão, da nossa carreira e das nossas vidas. Retirado o sentido do trabalho intelectual, o que nos resta? O que deveria significar ser um professor, um pesquisador ou um orientador? Os limites da nossa ação anulam a nossa responsabilidade para com aqueles que formamos ou nos leem? O que faz um juiz ser íntegro, um professor comprometido com o seu trabalho ou um pesquisador ser sério? O sistema produtivista tal como está basta a si mesmo e não encontramos nele uma correspondência direta entre o que ele é e o que deveria incentivar naqueles que fazem parte da academia ou virão a fazer. Como justificar que um candidato a professor, com 30 anos de idade, apresente-se em um concurso público como autor de 20 ou 40 publicações? Em que fábrica este indivíduo fez o seu treinamento? No que ele consistiu?

Infelizmente este parece ser um modelo expansionista e envolve outras profissões, tendo, até mesmo, a produtividade como parâmetro para o salário. E se o juiz ganhar pelo número de processos que julga? E se o guarda de trânsito ganhar pelo número de multas que aplica? E se o delegado de polícia ganhar pelo número de prisões que realiza? E se o médico ganhar pelo número de pacientes que atende por dia ou pelo valor das receitas que assina? Os valores associados a um fazer bem feito, a uma ética do trabalho, ao orgulho de realizar alguma coisa na qual valha a pena deixar o seu nome e que possa contribuir para que os que nos sucederão possam aprimorar, parecem-nos um retrato amarelado de um passado recente apagado ou em vias de sê-lo. Romantismo? Nostalgia? Reminiscências de uma época em que a ideia de honestidade intelectual ou a honestidade simplesmente era importante?

---

### Reações Possíveis

Tenhamos claro que somos coautores dessa situação e não meras vítimas, já que endossamos os critérios tortos quando avaliamos os *papers*, os artigos, as dissertações e as teses. Preenchemos, de olhos fechados, os modelos de avaliação que as instituições das quais fazemos parte como membros de conselhos nos pedem e perpetuamos o que já sabemos ser pervertido. Temos o direito de reivindicar mudanças, mas também o dever de participar delas e implementá-las. Também podemos recusar e sugerir.

Conseguimos entrever algumas possibilidades de reações, tanto individuais quanto coletivas e institucionalizadas. Os pesquisadores mais experientes podem se comprometer mais e aprimorar a capacidade crítica de seus alunos, que têm direito a uma vida profissional futura mais rica e menos conformista; podem reivindicar sempre o respeito à meritocracia e fazer a sua parte como exemplo; podem correr mais riscos em propor novas ideias, debates inéditos, provocar novos *insights*, assumir mais a sua liberdade e autonomia moral, bem como ajudar aos mais jovens a melhorar sua autoestima como futuros intelectuais, sem medo de serem ultrapassados, pois este é o destino de estudantes dedicados e brilhantes: superar os mestres. Isto deveria ser motivo de júbilo para o mestre e não o incentivo a um comportamento infantilizado de discípulo sempre conforme.

Aos iniciantes ou aspirantes ao trabalho intelectual na academia, sugerimos que tenham sempre em mente as razões pelas quais escolheu esta profissão e nela investiu. Dificilmente o fez pelos salários que receberia. Vale lembrar também que o grande compromisso do acadêmico é com o conhecimento e muitas das vezes ele será tentado a abrir mão de sua autonomia moral sobre o resultado de sua pesquisa para atender a algum tipo de *ethos* burocrático. O resultado de seu trabalho será sempre o atestado do que você fez e não das condições em que o fez, portanto procure resistir a extrair o fruto que ainda não está bom apenas porque chegou a hora do relatório. É sempre possível fazer concessões em estratégias, resguardando os princípios que nos orientam.

Em relação a reações coletivas e institucionalizadas, é sempre possível conhecer melhor as regras do jogo e a participação nas eleições de pares para comitês e cargos científicos; aqui também não seria dispensável o respeito à meritocracia, pois não são incomuns conluios políticos, chapas prontas e arranjos para preservação da ordem estabelecida por um determinado grupo com tendências à perpetuação. Temos o dever de exigir dos candidatos a divulgação de suas propostas, plataformas ou compromissos para os cargos que pretendem em mandatos científicos e à nossa representação. Aqui vale pensar na representação como associações de pesquisadores em vez de um ente burocrático que está preocupado principalmente com a gestão de programas de pós-graduação e não com a atividade-fim que desenvolvemos. Podemos buscar conhecer mais de perto o movimento alemão *Slow Science*, que reivindica respeito ao tempo para pensar.

Quem serão os intelectuais no futuro próximo? Os blogueiros? Quem for capaz de escrever qualquer coisa na internet ou em um celular?

---

## Referências

BASTOS, A.V.B. Réplica: o ofício acadêmico: singular ou plural? **Revista Organização e Sociedade**, Salvador, UFBA, v. 14, n. 3, out./dez., p.179-185, 2007.

FREITAS, M.E. A carne e os ossos do ofício acadêmico. **Revista Organização e Sociedade**, Salvador, UFBA, v. 14, n. 42, jul./set., p. 187-191, 2007.

\_\_\_\_\_. Tréplica: ser ou estar acadêmico? **Revista Organização e Sociedade**, Salvador, UFBA, v. 15, n. 44, jan./mar., p.199-204, 2008.

GUTIERREZ, L.G. **Alianças e grupos de referência na produção de conhecimento**. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

MILLS, C.W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.

TRAGTENBERG, M. O paraíso da burocracia. Entrevista concedida a Maria do Carmo Cunha. **Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Folhetim**, 21 dez. 1979. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/026/026tp\\_mp21101979.htm](http://www.espacoacademico.com.br/026/026tp_mp21101979.htm)> Acesso em: 04 dez. 2011.